


MERCADO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM PATOS DE MINAS-MG: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR

INSTITUTIONAL MARKET OF THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM (PNAE) IN PATOS DE MINAS-MG: SOCIAL REPRESENTATIONS IN FAMILY AGRICULTURE

Túlio Luís BORGES DE LIMA* 

Marcelo Leles Romarco de OLIVEIRA** 

Resumo: Realizou-se um estudo de caso de uma organização da agricultura familiar (AF), refletindo-se sobre o mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) enquanto uma política pública (PP) que abarca a AF. Objetivou-se analisar as representações sociais (RS) da AF sobre o Programa, em uma pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação livre e entrevistas semiestruturadas; base teórica centrada no universo da Teoria das RS. No início da implementação, o PNAE foi representado como um mercado arriscado, mas, após familiarizado, revelou hegemonia na representação dos preços como “muito bons”. Identificamos participação tanto na Associação quanto no Programa de uma maioria de agricultores que não se trata daqueles com dificuldades de comercialização de seus produtos. As representações, formadas a partir dos processos de comunicação, são fortes direcionadoras em nossas ações; assim, na implementação das PP's, investir na quantidade e qualidade de espaços de diálogo é algo a ser pensado.

Palavras-chave: PNAE. Representações Sociais. Agricultura Familiar. Patos de Minas.

Abstract: A case study of a family farming organization (FA) was conducted, reflecting on the institutional market of the National School Feeding Program (PNAE) as a public policy (PP) that encompasses FA. The objective was to analyze the social representations (RS) of PA about the Program. Qualitative research, with literature review, documentary research, free observation and semi-structured interviews; theoretical basis centered on the universe of SR theory. At the beginning of its implementation PNAE was represented as a risky market, but, once familiar, revealed hegemony in price representation as "very good". We identified participation in both the Association and the Program of a majority of farmers who are not those with difficulties marketing their products. Representations, formed from communication processes, are strong directives in our actions; Thus, in implementing PPs, investing in the quantity and quality of dialogue spaces is something to be considered.

Keywords: PNAE. Social representations. Family farming. Patos de Minas.

Submetido em 04/12/2019. Aceito em 29/10/2020.

*Mestre em Extensão Rural pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, agente de extensão em desenvolvimento rural no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Rua Des. Epaminondas do Amaral, 116, Centro, 29.390-000 – Iúna, ES – Brasil. E-mail: <tuliolimaborges@gmail.com>.

**Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Av. Peter Henry Rolfs, s/n Campus universitário 36570-000 - Vicososa, MG - Brasil. E-mail: <marceloromarco@gmail.com>.



INTRODUÇÃO

Ao olhar da agricultura moderna brasileira, é possível apontar mudanças importantes no meio rural. A partir da adoção na Revolução Verde de um modelo agrícola destinado à produção de *commodities*, principalmente voltadas para exportação, as condições de produção se modificaram muito. Intensa mecanização agrícola, necessidade de grandes extensões de terra e elevada utilização de insumos externos são exemplos dessas mudanças. Estes foram os principais pilares de sustentação da modernização agrícola implementada no Brasil e que manteve a concentração da terra e do capital nas mãos de poucos. Daí porque a denominação de modernização conservadora. Tal modelo, além de apresentar certa agressividade ao meio ambiente, causou, e ainda causa, exclusão social de algumas famílias rurais (OLIVEIRA, 2016).

Apesar desse cenário excludente e muito em função dele, a agricultura familiar e suas organizações não deixaram de reivindicar seu lugar nas políticas de desenvolvimento do rural brasileiro. Grisa e Schneider (2015) apontam para a emergência de três gerações de PP's para a referida categoria. A primeira delas apoiou-se no fortalecimento do viés agrícola e agrário, sendo representada em essência pelo Pronaf. A segunda teve seu foco em políticas de caráter social e assistencial, em que os programas Fome Zero e Bolsa Família podem ser considerados como seus destaques principais. A terceira e mais contemporânea delas caracteriza-se pela busca de mercados orientados para garantir a segurança alimentar. Nesse sentido, elencam-se com destaque o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reformulado em 2009.

O PNAE, em específico, entre 2004 e 2015 teve seus recursos quase que quadruplicados (TRICHES, 2015). Com base nesse quadro de crescimento nos investimentos e dentro do contexto potencial de mercados institucionais assim como das “janelas de oportunidades” para os mercados institucionais deixadas pelo PAA (GRISA; SCHNEIDER, 2014), em 16 de junho do ano de 2009 instituiu-se a Lei nº 11.947. Essa lei determinou em seu Artigo 14 que no mínimo 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos financeiros no âmbito do PNAE devem ser destinados à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e de suas organizações, dispensado o procedimento licitatório (BRASIL, 2009).

A partir das cifras apresentadas, inferimos que a execução do PNAE em 2015, ao destinar obrigatoriamente 30% de seus recursos à agricultura familiar, a título de exemplificação da relevância econômica do Programa, este pode ter lhe possibilitado aquisições próximas a um bilhão de reais. Portanto, não se trata de um mercado pequeno (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015), pelo contrário, constitui-se em um relevante volume de recursos potencialmente indutores de novas práticas (ABREU, 2014; BEZERRA; SCHNEIDER, 2012). Oposto ao que era feito antes de sua promulgação, em que os recursos se destinavam exclusivamente à compra de alimentos de empresas grandes e especializadas (TRICHES; SCHNEIDER, 2012), a partir de 2009 o PNAE deixa, em parte, de abastecer o orçamento dessas instituições e passa a incrementar a renda de agricultores familiares.

O PNAE, por sua vez, é permeado por uma diversidade de atores sociais e de instituições (ALTEMBURG, 2014; ABREU, 2014). Dessa forma, Altemburg (2014) destaca sua transversalidade como política pública (PP). Imaginamos que mesmo o Programa sendo executado em escala municipal, envolvendo agricultores familiares do município ou de seu entorno, ele não necessariamente foi e é entendido e executado de forma homogênea e hegemônica por todos os municípios e organizações.

Portanto, passados mais de dez anos do começo da legitimação da participação da agricultura familiar no PNAE, a análise das representações sociais de seus agricultores familiares sobre o referido Programa vai ao encontro de nossa intenção em contribuir para a problematização da PP. Para tanto, colocamos que este trabalho teve como área de estudo o município mineiro de Patos de Minas, localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba; à luz da Teoria das Representações Sociais.

Sobre essa teoria, Denise Jodelet (2001) afirma que criamos representações com objetivo de nos ajustarmos ao mundo à nossa volta – como nos comportarmos, como dominá-lo, como resolver os problemas cotidianos. Diante desse mundo (ou mundos) de objetos, pessoas, acontecimentos, ideias – e, para o caso desta pesquisa, o mundo do PNAE –, a autora afirma que não somos somente automatismos, muito menos nos encontramos isolados num vazio social. “(...) partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo” (p. 17). Daí a justificativa das representações serem sociais, o que evidencia sua riqueza como referência analítica e teórica para este trabalho.

À luz da TRS, as experiências vividas por cada um dos agricultores no contexto do Programa baseiam-se em diferentes contextos sociais. Ao se articularem na produção do cotidiano, por sua vez, produzem representações sociais sobre o novo contexto de vida, em que, inclusive, as representações anteriores lhes servem de apoio. Aquilo que é novidade (pouco familiar), ancora às representações já constituídas antes, complementando e sobrepondo interpretações (MACHADO, 1998) alimentadas pela interação com outros atores sociais participantes da política, dentre eles, gestores municipais, outros agricultores, comunidade escolar, etc.

Assim sendo, buscamos responder como os agricultores familiares da Associação dos Produtores Rurais de Patos de Minas e Região representam o mercado institucional municipal do PNAE. Como objetivo principal, propomos analisar as representações sociais dos agricultores familiares sobre o PNAE, em seu caso na esfera municipal em Patos de Minas-MG, no sentido de compreendê-las em suas relações com a diversidade intrínseca à agricultura familiar. Para isso, tomamos como base a Teoria das Representações Sociais, em diálogo com a literatura existente sobre a agricultura familiar, sua diversidade em meio à modernização e mercantilização agrícolas, além de seus canais de comercialização.

1. METODOLOGIA

Caracterizamos esta pesquisa como qualitativa exploratória, na medida em que possibilitou a familiarização dos autores com os associados da Associação dos Produtores Rurais de Patos de Minas e

Região. Seu delineamento estabeleceu-se como um estudo de caso, com a utilização de revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação livre e entrevistas semiestruturadas.

As escolhas feitas na revisão bibliográfica englobaram os estudiosos da agricultura familiar brasileira enquanto categoria social e política (GRISA E SCHNEIDER, 2014, 2015; SCHNEIDER; CASSOL, 2014); do PNAE enquanto mercado institucional que engloba a agricultura familiar (ABREU, 2014; COSTA, AMORIM JR. E SILVA, 2015; TRICHES, 2010, 2015; TRICHES E SCHNEIDER, 2010, 2012; TURPIN, 2010); e da Teoria das Representações Sociais, com base em Moscovici (2015), Joffe (1995), Jodelet (2001), Sá (2002) e Vala (1993).

A pesquisa documental deu-se essencialmente com base em quatro fontes diferentes. A primeira delas diz respeito à legislação brasileira, em especial aos documentos relacionados ao PNAE e ao seu mercado de compras institucionais, dentre eles, Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009; Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução nº 38, de 16 de junho de 2009, dentre outras. Como segunda fonte, apoiamo-nos nos documentos referentes à Associação, em especial ao seu caderno de atas (o qual nos foi gentilmente disponibilizado pela sua diretoria), e seus dados constantes no sítio eletrônico do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2016) onde, dentre outros dados, tivemos acesso ao “Extrato de DAP [Declaração de Aptidão ao Pronaf] Pessoa Jurídica” e à sua lista oficial de associados. Como terceira fonte, nos foi disponibilizado o caderno de atas do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), sob o qual nos debruçamos essencialmente a partir dos escritos de 2009, ano de começo da implementação do Programa no município. Por fim, aprofundamo-nos nos documentos do FNDE e seus diferentes apanhados de dados (FNDE, 2017) limitando-nos à área de estudo.

Quanto à escolha da observação livre, para Triviños (1987), esse tipo de observação consiste em separar de forma abstrata determinado evento social (seja ele simples ou complexo) de seu contexto, a fim de que se desenvolva o estudo de seus atos, atividades, significados, relações, etc.; numa perspectiva ao mesmo tempo específica e ampla. Justificamos sua escolha pela nossa pretensão de, ao se observar, captar as contradições, os dinamismos e as interações relativas ao PNAE, aos agricultores familiares e suas representações sociais. De forma majoritária, a observação livre se deu quando das visitas a campo, seja para entrevistas, entregas dos alimentos ao PNAE e a lida dos agricultores em seus outros mercados – Feira Livre e Ceasa.

As entrevistas semiestruturadas foram com agricultores familiares que compõem a referida Associação dos Produtores Rurais de Patos de Minas e Região¹, únicos a participarem do PNAE junto à prefeitura de Patos de Minas.

Dos 24 agricultores familiares pertencentes à Associação (SEAD, 2017), estabelecemos dois critérios para chegarmos ao número de potenciais associados a serem entrevistados: a) participar das

¹ Tal grupo formalizou-se em associação pouco depois da implementação da Lei nº 11.947/2009, em março de 2010, sendo instituição pioneira no fornecimento de gêneros alimentícios ao PNAE municipal em Patos de Minas.

entregas no PNAE no ano da pesquisa de campo (2017) e b) e ser participante do PNAE no mínimo há dois anos. Justificamos tal fato, devido à necessidade de um certo tempo quanto à inserção dos indivíduos em um determinado contexto para a elaboração de representações sobre o mesmo (VALA, 1993). A partir dessa situação, chegamos ao número de 14 associados, dos quais 13 foram entrevistados.

Na análise dos dados optamos pela adoção da análise de conteúdo, organizada em três polos cronológicos: a) a pré-análise dos dados; b) a exploração do material; c) o tratamento dos resultados, a construção de inferências e a interpretação (BARDIN, 2009). Assim, depois de transcritas as entrevistas, realizamos uma primeira leitura de todo o conteúdo. Em seguida, sem se negar o “(...) *vai e vem contínuo* (...)” característico “(...) *da frequente impressão de dificuldade no começo de uma análise*” (BARDIN, 2009, p.30), exploramos o conteúdo por meio da criação de categorias analíticas, definidas por agricultores dos tipos 1, 2, 3 e 4, que serão apresentados na seção 3 deste artigo.

Como suporte à discussão em torno das representações sociais desses atores, elaboramos quatro tipologias de agricultores familiares e separamos o conteúdo das falas dos entrevistados em dois conjuntos diferentes. As tipologias basearam-se sobretudo em aspectos relacionados à diversidade da categoria no contexto brasileiro, enquanto que os conjuntos de falas não obedeceram necessariamente à separação em tipologias.

Com o objetivo de manter o anonimato dos entrevistados, utilizamos codificação específica. Todos os depoimentos foram colhidos somente após assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a pesquisa só teve início depois da aprovação deste projeto pelo Comitê de Ética com Seres Humanos da UFV, conforme a Resolução 466, de 2012, da Conep/Ministério da Saúde, que regula as pesquisas com seres humanos no Brasil.

2. AS REPRESENTAÇÕES DOS ASSOCIADOS SOBRE O MERCADO INSTITUCIONAL DO PNAE

Como recurso de análise, distinguimos os agricultores entrevistados em quatro tipos. Diante da diversidade intrínseca da categoria agricultura familiar, apontamos como aspectos mais relevantes utilizados em nossa distinção a) o tamanho médio das propriedades; b) características ligadas à mão de obra empregada; c) proximidade com outras organizações sociais ligadas à agricultura familiar; d) níveis de modernização, mercantilização e especialização da atividade agrícola; e e) quantidade e tipos de canais de comercialização acessados.

Primeiramente apresentaremos os tipos 1 e 4, os quais possuem o conjunto de características com diferenças mais marcantes um do outro, entendidos como tipos “extremados”. Em seguida, destacaremos os tipos 2 e 3, os quais entendemos, no que concerne ao conjunto de características analisadas, como intermediários entre os dois primeiros.

O **tipo 1** formou-se pela junção das características de quatro dos treze associados entrevistados, os quais, em termos de área das propriedades, possuem a maior média – 57 hectares (ha). Além da mão de obra

da própria família, contam com parceiros ou empregados permanentes no desenvolvimento de suas atividades agrícolas. A maioria de seus integrantes não faz parte de nenhuma organização social da agricultura familiar. A proximidade com a Emater-MG é pequena, uma vez que a empresa é procurada apenas para fins documentais (DAP, atestados de produção), inclusive, há neste grupo quem pague por assistência técnica privada.

Os alimentos vendidos ao PNAE representam muito pouco em relação a tudo que é comercializado (não mais do que 5%). A grande quantidade que resta (95%) é totalmente comercializada no atacado, distribuída entre a Ceasa, atravessadores informais e também de “mercadistas”². Além de serem agricultores produtores de alimentos, têm experiência em fornecer/distribuir aquilo que produzem. Para isso, possuem boas capacidades logísticas³. Em relação ao nível de modernização da agricultura, trata-se relativamente do mais alto. Além da implementação exclusiva de monocultivos, há o emprego notável de mecanização (tratores, pulverizadores, subsoladores) e outros insumos modernos (fertilizantes minerais, agrotóxicos, sementes geneticamente melhoradas e modificadas), tudo isso adquirido de variados mercados e utilizado para a obtenção de produtos a serem vendidos também em outros diversos mercados.

Este tipo (1) é o que possui maior quantidade de canais de comercialização diferentes. Portanto, consideramos que dentre os quatro tipos criados, trata-se daquele em que o grau de mercantilização é o mais elevado. No mesmo nível, destacamos seu maior grau de especialização da atividade, todos os seus integrantes encontram-se envolvidos fortemente em apenas uma ou duas atividades agrícolas. Sendo, por isso, conhecidos nos diferentes mercados em que participam como “Fulano do produto tal”. Sob o ponto de vista de renda bruta familiar, encontra-se quase no limite do teto financeiro anual estabelecido para a obtenção de DAP, o qual, caso ultrapassado, desqualifica este subgrupo como pertencente à agricultura familiar.

Por outro lado, o **tipo 4** corresponde àqueles cujos aspectos observados são os mais distantes em relação ao tipo 1. É representado somente por dois dos associados entrevistados, cujo tamanho das propriedades se faz na média de 5 ha (a menor dentre todas). Contam apenas com a mão de obra da própria família, nada de mão de obra externa. Historicamente fazem parte de organizações outras ligadas à agricultura familiar e são relativamente próximos à Emater-MG, vez ou outra, inclusive, sendo visitados por seus extensionistas.

O PNAE adquire cerca de 30% do que é produzido nas propriedades, sendo que o restante é comercializado, de forma majoritária, na Feira Livre. Logo, há forte predominância no varejo como forma de comércio. O nível de modernização e o uso de insumos externos são baixos. A maior parte dos tratos culturais é feita manualmente; há a utilização de adubos minerais e de esterco produzidos na própria

² Termo utilizado pelos entrevistados para designar supermercados, sacolões e quitandas, feiras e sacolões.

³ Entendemos como a posse de veículos adequados ao transporte, variadas habilidades exigidas nessa operação (conhecimentos de localização geográfica, lida com compradores, planejamento das encomendas, etc.)

propriedade. Agrotóxicos raramente são usados. A escala de produção é a menor de todas e, em certas situações, é feita com base no consórcio de culturas.

Sobre a inserção aos mercados, trata-se da menos significativa em termos quantitativos e qualitativos. Relativamente poucos insumos externos são adquiridos e, como dito, os canais de comercialização concentram-se no PNAE municipal e na Feira Livre. A produção, muito em função da participação na Feira Livre, baseia-se na estratégia de poucas quantidades de uma maior variedade de produtos. Logo, seu nível de especialização é o menor dentre os quatro tipos aqui criados. Mesma inferência pode ser seguida no que concerne à renda bruta anual.

Os outros dois tipos foram considerados como “intermediários” entre os dois apresentados acima. O tipo de número 2, composto por cinco membros, é o mais próximo ao tipo 1. Já o tipo de número 3, por sua vez, aproxima-se mais do tipo 4 e conta com apenas dois dos associados.

O **tipo 2**, cuja média das áreas das propriedades é de 23 ha, destaca-se pela maior diversidade de canais de comercialização (além do PNAE municipal, participam do PNAE estadual, Feira Livre, restaurantes, mercadistas e laticínios) e de forma essencialmente voltada ao varejo. No entanto, apresenta menor dependência de mercados fornecedores de insumos e menor especialização, mas um grau de modernização agrícola não tão distante em comparação ao grupo a que mais se aproxima (tipo 1).

Sobre o **tipo 3**, os principais pontos que o diferenciam do tipo 4 relacionam-se ao predomínio da Ceasa como principal canal de comercialização e níveis de mercantilização, especialização e modernização um tanto quanto maiores. A área média das propriedades é menor que a do tipo 2 e maior do que a do tipo 4, cerca de 15 ha. Outro ponto importante tem a ver com a mão de obra, a qual é predominantemente da família, com trabalho de diaristas, em épocas específicas.

Apresentados os tipos e, em grande medida, a partir deles, pretendemos agora engendrar as análises sobre o nosso estudo de caso com base no universo teórico das representações sociais.

3.1 *“Não mexe com isso não porque não paga não!”* (Agricultor L)

Conforme verificado nos depoimentos, no começo do processo de implementação do mercado institucional do PNAE municipal em Patos de Minas, alguns dos potenciais agricultores participantes já haviam experimentado um processo de vendas de alimentos para a Prefeitura. Pelos depoimentos coletados, não nos restou dúvida que tal processo pode ter influenciado na representação desses atores sobre possíveis riscos ao vender diretamente para a Prefeitura.

Por não se restringir ao individual, mas por extrapolá-lo no curso das comunicações entre as pessoas rumo ao coletivo (MOSCOVICI, 1995), é que nos principais mercados de participação da agricultura familiar da região (Feira Livre e Ceasa) existia “esse fantasma [ou seja, representação social] de medo do que é público, não pagar” (Agricultora E). *“Qua'ninguém interessou em entregar”* (Agricultor B). *“Quando eu entrei, o pessoal [da Ceasa], muitos falaram pra mim, não entrega, não mexe com isso não, porque não paga, não”* (Agricultor L).

Além dessa representação, havia *“(…) uma resistência muito grande do produtor, porque como não conhecia o processo, eles tinham medo”* (Agricultora E). Era o medo do desconhecido, do não familiar. Ele existia

justamente porque objetos sociais “novos” ou estranhos, ao ameaçarem o sentido de ordem dos indivíduos e a sensação de controle sobre o mundo, evocam medo (JOFFE, 1995). O mercado institucional, dentre suas muitas novidades aos agricultores familiares de nosso estudo, exigia a entrega da mercadoria, mas sem pagamento no ato.

Uma das razões para essa exigência acreditamos ser o processo burocrático da compra institucional, que é composto por muitas etapas, como a geração de notas fiscais e o trânsito sob diferentes esferas da administração pública. Além de impedir que o pagamento seja feito no ato da entrega dos alimentos, esse processo é apontado por Triches (2010, 2015), Triches e Schneider (2010, 2012), Turpin (2010) e Freitas (2017), sob uma análise institucional, como barreira ao desenvolvimento do Programa em diversas localidades.

Em nosso estudo de caso, identificamos que esse processo se constituiu de muitos procedimentos incomuns, que até então não faziam parte do universo familiar dos associados. Por isso, acreditamos que muitos desses atores acabaram por representá-lo com base na construção de uma relação negativa. A experiência que tinham em seus principais canais de comercialização (Feira Livre e Ceasa), mercados caracterizados pela ausência de grandes exigências burocráticas e cujo comércio pauta-se nos pagamentos à vista, dão fundamento à representação e, por conseguinte, aos comportamentos iniciais de rejeição da nova política.

Porém, diante da dinamicidade do pensamento social e das relações sociais, tendemos sempre ao princípio único de transformar o não familiar em familiar (MOSCOVICI, 1995; ARRUDA, 2002). Assim “(...) os pagamentos foram sendo feito, foi ganhando corpo, pode até atrasar, como às vezes já atrasou, mas paga” (Agricultora E). A partir desse fato, entendemos que as representações iniciais negativas em relação ao PNAE foram se transformando, ganhando aquilo que Joffe (1995) chama de feição mais familiar, em que o objeto social se torna menos ameaçador, em que o medo inicial desaparece. É justamente esse processo que nos dá base para o entender como o PNAE foi sendo ancorado a representações mais positivas e familiares dos associados, afinal “(...) o preço é bom, a média é muito boa, de preço” (Agricultora E).

3.2 A representação sobre os preços pagos em meio à diversidade de mercados

A agricultura familiar brasileira sofreu historicamente com a ausência de mais e melhores mercados para si (SCHNEIDER; CASSOL, 2014; SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016). No caso específico da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em que a produção de *commodities* e a agricultura moderna impõem a sua intrínseca necessidade e inevitabilidade de especialização e de produção em grande escala, tal cenário acaba por influenciar boa parte dos mercados.

Nesse sentido, alguns deles, seja na venda de insumos e/ou como canais de comercialização, abarcam uma boa parte de nossos entrevistados. Importante dizer que, até pela diversidade da agricultura familiar e também de nossa amostra, isso não se dá de uma maneira única, mas sob uma condição variada. Afinal, numa perspectiva sobre mercados, nem todos os agricultores familiares possuem as mesmas oportunidades (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016).

Defendemos que essas constatações contribuem com a formação de diferentes representações sociais em relação aos canais de comercialização acessados pelos integrantes da Associação. Entretanto, afirmamos que independentemente da(s) muita(s) diversidade(s) existente(s) entre os quatro tipos construídos, identificamos uma forte hegemonia na representação em relação aos preços pagos pelo mercado institucional. Eis trechos de falas de associados, cada qual pertencente a uma das quatro tipologias. “*Questão de preço é uma beleza!*” (Agricultor A), “*Agrada e muito. Melhor que os outros [mercados]*” (Agricultor F), “*(...) são bons. Não [precisava ser maior], tá bão*” (Agricultor H), “*(...) o precinho é bão!*” (Agricultor M).

Dentre os fundamentos dessa representação, atribuímos o cenário de canais de comercialização que os agricultores participam. “*O preço da merenda é bão, quase que é o preço que o mercado vende. Os outros, vareia muito*” (Agricultor G). Entendemos que o preço correspondente “ao que o mercado vende” seja o do varejo, vendido nas cadeias curtas, diretamente ao consumidor. A partir daí, há uma diferença importante na positividade dos adjetivos apresentados.

Para os associados que também têm a Feira Livre como um importante canal de comercialização, em cuja venda também é direta, verificamos que há uma relação positiva na representação dos preços e, também, entre esses canais. Apesar de os valores praticados na Feira Livre se basearem no “*(...) preço que tá no comércio [do varejo]*” (Agricultora E) e sofrerem prováveis mudanças semanais, ao longo do ano (período de duração contratual do PNAE) acabam se equiparando com os do Programa.

Por outro lado, para os associados que também comercializam na Ceasa, as diferenças nos preços quando comparados com o PNAE são notadas como muito mais relevantes. “*No Ceasa quem manda é o mercado [no atacado], né. Aí vareia do preço do mercado, né. Tem dia que é um preço, tem dia que é mais barato, tem dia que é mais caro*” (Agricultor F). Apesar dessas típicas variações (influenciadas por diferentes fatores, como oferta/demanda, condições climáticas, etc.), por vezes inflacionadas, houve entrevistado (mas não todos) que relatou nunca ter vendido sua mercadoria, na Ceasa, com um preço maior do que no PNAE.

Além de uma importante diferença de escala do PNAE como melhor preço em relação à Ceasa, existem divergências importantes nas representações dos associados em relação à lida nesses canais de comercialização (o que não identificamos quando analisamos Feira Livre e mercado institucional). O processo de ancoragem do PNAE aos associados participantes da Feira Livre baseou-se numa relação positiva, objetivado em termos como “varejo”, “venda direta”, “preço bão”. Por outro lado, entre aqueles que também “fazem” Ceasa, a representação sobre este canal e sua relação com o PNAE não é hegemônica, diversa segundo os tipos que elaboramos.

Quanto a aspectos específicos das Ceasas, resgatamos que: a) um dos motes de criação dessas instituições no Brasil era contribuir com a modernização da agricultura; b) em essência, elas encontram-se submetidas às regras de mercado; c) historicamente conceberam a agricultura familiar como aquela de pequena escala de produção e baixa modernização agrícola (GREEN, 2003; CUNHA, 2013; VEDANA, 2015). Por isso, a Ceasa neste estudo é representada de forma antagônica entre os associados do tipo 1 em

relação aos demais (tipos 2, 3 e 4). A chegada do PNAE no universo representacional desses atores resultou em âncoras e objetivações diversas.

Os integrantes do tipo 1, sob o ponto de vista agrícola, são os mais inseridos na prática da agricultura moderna, especializados e mercantilizados. Por isso, correspondem àqueles que o contexto produtivo tem um menor distanciamento da forma que as Ceasas se desenvolvem como mercado. Noutras palavras, são os mais adaptados para esse tipo de mercado. Por isso, apesar de representarem os preços do PNAE como bons (no sentido de serem os maiores), esses agricultores, muito devido às suas condições produtivas, conseguem em não raras situações ter um certo controle dos preços na Ceasa, *“Quem bota o preço daqui é eu”* (Agricultora K), situação que é diferente no PNAE.

Até *“tem a cotação a seguir, né, mas você pode vender o preço que você quiser”* (Agricultora J). Essa certa liberdade de poder decidir o preço de venda e, mesmo assim vender, faz com que a representação sobre os preços melhores do PNAE perca na sua hegemonia (em relação aos outros associados), pois *“Os preços [do PNAE] são satisfatórios 6 meses sim e 6 meses, não”* (Agricultor C). Interpretamos que na época em que os preços do mercado institucional são representados como melhores corresponde àquela de safra do produto em questão, em que os seus preços na Ceasa tendem a cair muito. Por outro lado, no período de entressafra, em que quase ninguém tem o produto a ofertar, os agricultores do tipo 1 os tem, pois são especializados. Justamente isso é que lhes dá o poder de subir com os preços praticados na Ceasa, chegando, por vezes, a superar os preços pagos pelo PNAE.

Por outro lado, os agricultores que “fazem” Ceasa e pertencem aos tipos 2 e 3 (menos especializados, com produção agrícola em menor escala), se vêm em uma condição limitada em relação à determinação dos preços na Ceasa. Eles sofrem muito mais com a livre concorrência: *“(…) tem dia que você tem um concorrente que tá entregando mais barato e você tem que cobrir o preço senão você perde o seu cliente. Eu peço a laranja de 20. Ele vira no seu vizinho [de pedra⁴] quanto que é a sua laranja? Faço proce a 18”* (Entrevistado F). Pois *“(…) na Ceasa a barra é pesada, né, ou você tem um volume muito grande proce mandar [nos preços] ou você obedece”* (Agricultor I).

3.3 Mas afinal, para você, o que é o tal do PNAE, a merenda escolar?

Como uma resposta analítica a essa pergunta, discriminamos conjuntos de falas diferentes, **A** e **B**, constituídos, cada um, por representações próximas, mas que não obedeceram de maneira rígida à nossa separação dos entrevistados em tipos (1, 2, 3, 4).

Para o **conjunto de falas A**, o PNAE *“dentro do pé da letra é um programa social, que o governo fez”* (Agricultor B); *“(…) pra dar um incentivo pra agricultura familiar, ele compra essa mercadoria do produtor pra colocar para as escolas, pras creche, alimentação dos estudante, né”* (agricultor F); é uma *“(…) política pública de distribuição de renda, pras famílias dos pequeno”* (Agricultor A) e para *“tirar você do atravessador, ligar do produtor pro consumidor, né”* (Agricultor D).

⁴ Trata-se do local na Ceasa que é destinado ao “Mercado Livre do Produtor” (MLP) (PATOS DE MINAS, 2010), tanto como um todo, quanto a cada módulo (correspondente a uma área de aproximadamente de 2 m²).

Interessante notar o quanto essas representações, entendidas pela TRS como senso comum (JODELET, 2001), se aproximam de reflexões que a academia, o conhecimento científico, faz em relação à definição do PNAE. Citando algumas delas, o PNAE se trata de uma PP de garantia da segurança alimentar estudantil (GRISA; SCHNEIDER, 2015); estruturada em um mercado com grande volume de recursos destinados à agricultura familiar (ABREU, 2014; BEZERRA; SCHNEIDER, 2012), que aproxima a produção do consumo (TRICHES, 2010).

De forma diferente e mais reducionista, para os associados cujos depoimentos atribuímos ao **conjunto de falas B**, quando questionados sobre o que seria o PNAE, as respostas indicaram se tratar de um “(...) *dinheirinho separado de feira e de Ceasa*” (Agricultor M), “*Ele é tipo uma poupança [já que] tem os outro mercado*” (Agricultora K), “*Porque é mais um mercado pra eu vender, além de [um comércio] mais tranquilo e que entrou uma renda a mais*” (Agricultora J), que para vender “*não tem que procurar freguês*” (Agricultor H), “*um comprador a mais do que os que eu tenho na ‘pedra’*” (Agricultor L).

Neste segundo apanhado de representações, notamos que o PNAE, apesar de ser uma PP transversal e permeada por uma grande diversidade de atores e instituições (ALTEMBURG, 2014; ABREU, 2014), é ancorado por esses associados com base nas outras experiências de mercado já presentes em seus cotidianos (o que não deixa de acontecer com as outras representações apresentadas no início dessa seção), entretanto, reduzido a objetivações como sendo apenas mais um canal de comercialização, mais um incremento na renda.

Como fundamentação sobre as diferenças marcantes entre esses dois conjuntos de falas, portanto, de representações, buscaremos dialogar com os argumentos de Vala (1993), especificamente no que concerne às condições influenciadoras da emergência de diferentes representações sociais de um grupo sobre um certo objeto. Inicialmente, julgamos importante argumentar em torno do que o autor caracteriza como a dispersão de informação, a qual inevitavelmente ocasiona o defasamento entre a informação que chega até os indivíduos em detrimento daquela que é importante à compreensão sólida do objeto em questão.

Dito de outra forma, as palavras não familiares (MOSCOVICI, 1995), tão caras ao processo de criação das representações (SÁ, 2002), dispersam-se quando saem do individual para o social. Dessa forma, resgatando o processo de implementação do PNAE no âmbito da Associação, fica evidente que a “matéria-prima” oferecida aos processos de ancoragem e objetivação dos associados não se tratou, em momento algum, da mesma. Existem clivagens que contribuem para a sua diversidade (VALA, 1993).

Ao analisarmos a representação do conjunto de falas A e as relacionarmos a aspectos de trajetórias individuais, internos e externos ao PNAE, verificamos que seus atores, além de há mais tempo fazerem parte da Associação, correspondem aos que têm um diálogo mais próximo aos órgãos públicos (a maioria deles atribui sua entrada na Associação e, portanto, ao mercado institucional, por intermédio dessas instituições) e que têm um histórico de participação e de reconhecimento (em termos legais, via estatutos e

leis) de PP's mais direcionadas à agricultura familiar; em especial, a Feira Livre, o Pronaf e o PNAE Estadual. “O Pronaf, junto com essa Lei da Agricultura familiar, abriu muitas portas para nós” (Agricultora E).

Com base nos dados levantados, confirmamos que esses associados são integrantes da Associação praticamente desde as primeiras ações de implementação do referido mercado institucional, algo em torno do ano de 2010. Portanto, acreditamos que a participação desses atores nas primeiras reuniões (concebidas aqui como espaços iniciais de convencimento e de discussão) contribuíram para que a circulação das informações sobre a nova política fosse, digamos, menos ambígua e imprecisa em relação ao seu caráter normativo.

Além disso, arriscamos afirmar que as muitas dificuldades iniciais encontradas durante esse período – em que o PNAE se tratava de um mundo “novo” (desconhecido ao nível local a todos os envolvidos) que necessitava ser transformado em algo familiar – acabaram por contribuir para a elaboração de uma representação mais próxima à normatização do referido Programa.

Acreditamos que muito disso se deu por causa do desencadeamento de um processo a que Vala (1993) chama de focalização, em que os recursos educativos (por exemplo as informações socializadas nas muitas reuniões realizadas no início do processo e a proximidade com outras PP's e instituições governamentais) e os interesses profissionais e ideológicos (dentre eles, a busca desses associados pelo acesso a mais e melhores mercados e a ideia de que o PNAE poderia ser uma possibilidade concreta disso) foram parâmetros para a manutenção do foco dos indivíduos nesse contexto e para a elaboração de representações, no caso, mais sólidas.

Por outro lado, pela análise das representações do conjunto de falas B, destacamos que o processo de “dispersão das informações” que lhe ocorreu baseou-se em informações menos claramente definidas, mais ambíguas e imprecisas. Boa parte desses atores veio a se associar a partir de 2013. Nessa época, além das instituições públicas (importantes para a circulação de informações) terem relativamente se afastado do Programa; os agricultores que eram associados há algum tempo já haviam se submetido, conforme Vala (1993), à pressão à inferência.

Quer dizer, a essa altura, interpretamos que esses atores, especificamente, já haviam tomado uma posição em relação ao PNAE, uma vez que o lapso de tempo mínimo para a constatação do fenômeno e essa tomada de decisão já havia se passado. Noutras palavras, os associados ligados ao conjunto de falas A, buscando atender seus objetivos individuais e/ou grupais, criaram recursos, ou seja, criaram suas representações sociais a respeito do PNAE. Ao nosso ver, foram justamente essas representações que serviram de matéria-prima para a construção das representações dos “novos” associados (aqui responsáveis pelo conjunto de falas B), os quais, portanto, não participaram do processo de criação da Associação e de praticamente de nenhum espaço de discussão sobre o universo do Programa que passaram a integrar.

Nesse ponto, ficou evidente o protagonismo (e/ou, individualismo) da então Presidente da Associação. Logo, acreditamos que muito dos processos de comunicação e interação social estabelecidos entre ela e os “novos” associados contribuíram para a elaboração das representações destes em relação ao

mercado institucional. Mas, obviamente, pela complexidade envolvida na formação no universo das representações sociais, devemos considerar que outros processos também foram importantes, mas que fogem a esta análise.

Com base nele, identificamos algumas objetivações desses “novos” associados que podem servir como símbolos às representações desses atores em relação ao universo PNAE. Em uma primeira delas, o PNAE parece significar Associação e a Associação parece significar o PNAE, “*Ééé... eu sempre falo, os ôto pergunta [o que é o PNAE] e eu falo que é a associação*” (Agricultor D), a qual serve “*Para apoiar no orçamento, apesar que é pouco*” (Agricultor C). Noutra, o Programa é entendido como sendo as “*entregas da Presidente da Associação*”.

Inferimos que as representações, conforme Moscovici (1978), Sá (2002) e Minayo (2005), orientam determinadas comportamentos ou ações nos indivíduos que as detêm. Dentre elas, por exemplo, o pouco interesse em participar das reuniões “*Ha eu não tenho tempo pra isso, não. Cé resolve lá, o que cé resolver tá bão*” (Agricultor D) e a comodidade em deixar tudo por conta da Presidente, “*É eu entrego e acaba que ela [Presidente] fica sendo a responsável por Patos ali*” (Agricultor G); “*depois [que entrego] ela [a Presidente] vai me procurar e me pagar. Não precisa nem deu procurar ela. Cé entrega e cabou*” (Agricultora J).

Aqui cabe resgatar e complementar que todos esses “novos” associados vieram a fazer parte do PNAE por influência da Presidente da Associação e tinham a Ceasa como um canal de comercialização importante. Diante desses fatos e do conjunto de representações até agora apresentadas em relação a esse conjunto de falas B, inferimos que os processos de ancoragem e de objetivação relacionados às representações elaboradas sobre o PNAE e a Associação encontram-se muito próximos ao universo da Ceasa.

Em outras palavras, para os associados mais recentes, o binômio PNAE/Associação parece ser uma outra Ceasa, mas localizada no mesmo lugar físico e mais atrativa. Ao invés de pagar por preços de atacado, paga por preços de varejo; não se submete às grandes variações de preços segundo oferta/demanda e nem às incertezas da venda nos dois dias semanais de comércio. Pelo contrário, as compras e os preços são fixados em contratos, os quais têm duração de um ano. Não bastasse isso, há uma pessoa que se encarrega pela orientação quanto à quantidade e qualidade dos produtos entregues, além de ir até a sua “pedra” entregar o pagamento.

Nesse caso, por essa “fusão”, quer seja, essa grande ligação ou proximidade do Programa com a Associação e dos dois com a Ceasa, outras respostas elencadas no conjunto de falas B vêm a confirmar que a implementação do PNAE e a criação da Associação modificaram em muito pouco seus cotidianos profissionais. Perguntados se houveram estranhamentos na lida do novo Programa, todos os negaram, “*Não, normal... não*” (Agricultora J); ou se muita coisa mudou nas formas de trabalho (em se produzir, fornecer, etc.), “*Não, mesma coisa*” (Agricultor D), “*(...) o padrão é o mesmo*” (Agricultor G), “*a mesma forma*” (Agricultora K).

Resgatando Triches e Schneider (2012), alertamos quanto ao fato de a agricultura familiar brasileira, na maioria dos casos, historicamente acessar mercados apenas como produtora de alimentos, não como fornecedora. Para os autores, o PNAE ofereceu a oportunidade de um novo mercado aos agricultores familiares, mas exigiu deles um processo de revisão de suas posições, atitudes e práticas (ou seja, de suas representações) em relação a mercados, outros agricultores, mediadores, gestores e instituições.

Para o nosso caso, especificamente em relação aos “novos” associados e diferindo da análise apresentada no parágrafo supracitado, inferimos que esses atores (como adiantado, muito próximos ao tipo 1), antes mesmo da chegada do mercado institucional em suas lidas, além de produtores, sem dúvida, também já estavam relevantemente envolvidos em diferentes mercados como fornecedores de alimentos. A Ceasa, e não somente ela, mas outros canais de comércio no atacado, contribuíram para que se especializassem no fornecimento e distribuição dos alimentos. Logo, o processo de revisão das representações, com a chegada do PNAE, se deu de forma, digamos, muito mais conservadora em relação ao que a literatura (TRICHES; SCHNEIDER, 2012) nos precaveu e em comparação aos outros associados (tipos 2, 3 e 4).

Sobre esses, além de participarem há mais tempo da Associação, são responsáveis por representações que se concentram majoritariamente ao redor do conjunto de falas A. Por isso, nas representações desses associados, os quais, como já dito, encontram-se mais próximos dos tipos 2, 3 e 4, é possível notar um maior distanciamento entre o que é o PNAE, o que é Associação – *“Uma organização dos produtores pra poder ter união, pra organizar e participar das entregas da merenda das escolas”* (Agricultor F) – e quanto à relação destes com os outros mercados acessados.

Defendemos tal contexto como matéria-prima para o afloramento no universo representacional desses atores o entendimento de que o PNAE contribuiu com modificações importantes em suas lidas e vidas. *“Tive que produzir mais, aumentei um pouco a área de cultivo, pois passou a ser um mercado certo, né”* (Agricultor H). *“Mudou, melhorou, ajudou muito na nossa renda. Cê ver, nós já conseguimos fazer essa casa, com a ajuda dos recursos do PNAE”* (Agricultora E).

Buscamos, então, problematizar questões as quais identificamos como mais importantes quanto ao universo das representações sociais dos associados a respeito do mercado institucional do PNAE. Pelo que foi construído ao longo da seção, acreditamos, portanto, que o início da implementação do referido mercado, os preços pagos, e o significado da PP em si deram sustentação às principais representações identificadas e problematizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando do começo do processo da implementação do mercado institucional, muito em função da representação já existente sobre a venda direta para a Prefeitura e do quão esse novo mercado (com todas as suas novas institucionalidades) era ameaçador em sua não familiaridade, identificamos uma representação

negativa do mesmo. Porém, diante da dinamicidade do pensamento social e das relações sociais, o não familiar foi se tornando familiar, à medida que as vendas foram efetivando-se e que novas representações passaram a ser elaboradas.

Identificamos uma forte hegemonia na representação (positiva) em relação aos preços pagos pelo mercado institucional. No entanto, fatores ligados aos canais de comercialização dos alimentos contribuíram para a geração de uma diferença marcante na forma como os associados representam os preços do PNAE. Portanto, a quantidade e qualidade dos mercados acessados são um fator importante na formação das representações sobre os preços pagos ao PNAE.

Aos que comercializam em mais canais de comercialização e/ou possuem maior domínio dos mesmos, notamos menor intensidade no grau de positividade da representação em relação aos preços. Assim como indica a literatura sobre Ceasa, a comercialização neste canal, aliada a um maior grau de modernização, especialização e mercantilização agrícola, faz com que seus possuidores relativizem os preços pagos pelo PNAE, afinal, diferentemente deste, na Ceasa eles têm condições de determinar preços mais satisfatórios, sobretudo na entressafra.

Uma questão importante a se pensar é até que ponto o PNAE é ou deva ser, de fato, relevante a essa parcela de agricultores familiares; tal parcela deve continuar a ser beneficiária dessa política? Ou, por outro lado, mecanismos outros deveriam ser criados para que o PNAE possa dar melhores oportunidades a agricultores familiares com maiores dificuldades de acesso aos mercados? Acreditamos que duas questões importantes a serem refletidas.

Para você, o que é o tal do PNAE? Construimos os diferentes aspectos das representações identificadas a partir dessa pergunta em dois conjuntos de falas, o primeiro deles, o conjunto A, tem uma proximidade importante das reflexões que a academia faz em relação à definição do PNAE. A análise das trajetórias no Programa dos atores que as elaboraram mostrou que além de terem sido aqueles que há mais tempo integram a Associação, correspondem aos que têm um diálogo mais próximo aos órgãos públicos e um histórico de participação e de reconhecimento de PP's mais direcionadas à agricultura familiar.

Por outro lado, quanto ao segundo conjunto de representações, o conjunto de falas B, o PNAE foi ancorado com base apenas nas outras experiências de mercado já presentes no cotidiano desses indivíduos, entretanto, reduzido a objetivações como sendo só mais um local de venda, mais um incremento na renda. Esses “novos” associados vieram a fazer parte do PNAE sobretudo por influência da Presidente da Associação e têm a Ceasa como um canal de comercialização importante. Diante disso, os processos de ancoragem e de objetivação relacionados às representações elaboradas sobre o PNAE e a Associação encontram-se muito próximos ao universo da Ceasa. Portanto, o binômio PNAE/Associação parece ser uma outra Ceasa, porém mais atrativa, pois, por exemplo, paga por preços de varejo, fixados em contrato.

Diante disso, referendamos a grande importância que a matéria-prima associada à formação das representações sociais teve na implementação do PNAE em nosso estudo de caso. Justamente em função

dela é que identificamos as diferenças marcantes nas representações entre os dois conjuntos de fala apresentados.

Defendemos, portanto, a importância que diferentes espaços de comunicação – de diálogo – com e entre os diversos atores envolvidos na implementação das PP's pode ter no desenrolar de todo esse processo; sobretudo na interferência que a forma como representamos determinada Programa pode ter nas ações e comprometimento que disponibilizamos nele. Portanto, uma vez que as representações são formadas a partir dos processos de comunicação e que elas são fortes direcionadoras em nossas ações, em um determinado universo de implementação das PP's, investir na quantidade e qualidade de espaços de diálogo é sem dúvida algo importante.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Kate de. **A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte: implicações práticas e teóricas**. 2014. 183f. Dissertação (Mestrado Administração pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- ALTEMBURG, Shirley. **A comida invisível: representações sociais sobre a alimentação escolar entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas**. 2014. 209 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS.
- ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 127-147, Nov. 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e actual. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BEZERRA, Islândia; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Faz Ciência**, v. 14, p. 24, 2012.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, 2009; 16 jun.
- BRASIL. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário** – Casa Civil. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- COSTA, Bianca Aparecida; AMORIM JUNIOR, Paulo; SILVA, Márcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 109-126, mar. 2015.
- CUNHA, Altivo. Qual a ruralidade das Ceasas? Evidências sobre a inserção da agricultura familiar nas centrais de abastecimento brasileiras. **51º Encontro da Sober**. Belém, PA, 2013.
- FNDE. **Dados físicos e financeiros do PNAE**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/item/394-dadosestat%C3%A>>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- FREITAS, Alan Ferreira de. **Dinâmicas locais de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma abordagem relacional**. 2017. 222 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG.

GREEN, Raúl. Mercados mayoristas: el inicio de uma nueva era? **Distribución y Consumo**, Madrid, n. 72, p. 23-37, nov./dic. 2003.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, p. 125-146, 2014.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Apresentação. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). Porto Alegre: UFRGS Editora; 2015, 1ª edição, p. 13-18.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

JOFFE, Hélène. “Eu não”, “o meu grupo não”: Representações Sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, 2ª edição, p. 297-322.

MACHADO, Antônio Maciel Botelho. Educação ambiental para desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais: contribuições de um estudo de representações sociais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 125-136, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagens de programas sociais**. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Luiz. **Legislação ambiental e a criação de assentamentos rurais: os dilemas dos projetos de assentamento Emiliano Zapata e Flávia Nunes, Uberlândia-MG**. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG.

PATOS DE MINAS. **Lei nº 6.362, de 25 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Central Regional de Abastecimento de Patos de Minas, e dá outras providências.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, p. 227-263, 2014.

SCHNEIDER, Sergio; SCHUBERT, Maycon; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar – uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, v. 1, p. 1-20, 2016.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SEAD). **Extrato de DAP** – Pessoa Jurídica. Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

TRICHES, Rozane Márcia. **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). PGDR, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

TRICHES, Rozane Márcia. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). Porto Alegre: UFRGS Editora; 2015, 1ª ed., p. 181-200.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. **Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção**. Saúde e Sociedade, SP, v.19, p.933-945, 2010.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 66-105.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURPIN, Maria. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Seg. Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

VALA, Jorge. Representações sociais_ para uma psicologia social do pensamento social in: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Eds.). **Psicologia Social**, p. 352-384, 1993.

VEDANA, Viviane. Práticas e representações sobre o trabalho no comércio de alimentos na CEASA/RS. In: CORNELIA ECKERT; A. L. C. da R. (Org.). **Etnografias do trabalho narrativas do tempo**. 1ed. Porto Alegre: Marcavivual, 2015, p. 78-99.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo apoio na realização dessa Pesquisa. Código de Financiamento 001.

Contribuições dos autores

Túlio Luís Borges de Lima – autor da dissertação, cuja parte deu origem a este artigo.

Marcelo Leles Romarco de Oliveira – orientador da dissertação e da construção deste artigo.
